

Revista
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

v. 25 n. 1
Janeiro/Junho 2015
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 25	n. 1	p. 1-297	Jan/Jun 2015
------------------------	----------------	-------	------	----------	--------------

Os comunistas e os trabalhadores rurais na luta por direitos - agrarismo pecebista e cultura política

Leandro Cabral de Almeida

RESUMO

O presente artigo enfoca o tema do associativismo levado ao campo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para compreender as nuances tomadas pelas orientações políticas do partido, são analisados os documentos oficiais, textos veiculados na imprensa partidária e depoimentos de militantes. Do cruzamento de tais fontes ressaltamos os contornos gerais da atuação agrarista dos comunistas entre os anos 1952 e 1958. O objetivo é colocar em relevo a inflexão dos comunistas na direção de um padrão de atuação centrado na organização dos trabalhadores rurais em espaços institucionais. Este padrão de atuação organizativa se assentou na valorização dos parâmetros legais e democráticos, permitindo a entrada dos trabalhadores rurais na arena política nacional. Além de pressionar o Estado e as instituições legais pelo reconhecimento de direitos, o trabalho organizativo dos comunistas junto aos trabalhadores rurais contribuiu também para a conformação de uma cultura política de esquerda.

PALAVRAS-CHAVE

Partido Comunista Brasileiro.
Sindicalismo Rural.
Direitos.
Cultura Política.

Recebido em 29/06/15.

Aprovado em 17/01/16.

Communists and rural workers in the fight for rights - pecebista agrarianism and political culture

This article focuses on the voluntary organization led to the field by the Brazilian Communist Party (PCB). Official documents and texts brought to the fore by the partisan press and statements from militants are analyzed to understand the nuances taken by the political guidance of the party. The intersection of such sources helped us to emphasize the general outlines of the communist agrarian activity from 1952 to 1958. The goal is to highlight the inflection of the communists towards a pattern of activity centered on the organization of rural workers in institutional spaces. This standard of organizational performance was based on the valuation of legal and democratic parameters, allowing the entry of rural workers in the national political stage. In addition to pressing the state and legal institutions by the recognitions of rights, the organization work of Communists with rural workers also contributed to the conformation of a left-wing political culture.

KEYWORDS Brazilian Communist Party. Rural Unionism. Rights. Political Culture.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 25	n. 1	p. 117-140	Jan/Jun 2015
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Introdução

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) seguia a orientação de que deveria dirigir a classe operária a fim de que as lutas por melhorias econômicas resultassem na ampliação da consciência de classe necessária à efetivação da luta pela revolução socialista (LENIN, 2006, p. 166). Nesse quadro, ficava estabelecido que os camponeses constituíam o “aliado natural” da classe operária, sem a qual as massas do campo não se libertariam do jugo do capital e do latifúndio (idem, 1980, p. 37). O movimento sindical deveria ser o instrumento capaz de alcançar os camponeses dispersos e de fomentar a organização e ativação para a luta revolucionária concebida como agrária e anti-imperialista.

Com essa perspectiva o PCB dirigiu seu trabalho junto às massas rurais. Entretanto, sua orientação agrarista tomou feições diversas entre os anos 1950 e 1960. Os comunistas transitaram de uma atuação radical dirigida ao confronto aberto, professando inclusive a ideia de luta armada, para uma forma de agir nos parâmetros da legalidade, pelas eleições e pelo trabalho associativista, garantindo, portanto, maior proximidade com as massas rurais. Esse trabalho levado ao campo pelos comunistas possibilitou, além da constituição de espaços institucionais de luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, a conformação de uma cultura política de esquerda, que ganhou perenidade e se inscreve atualmente no trabalho de entidades e movimentos sociais centrados na questão agrária, como a CONTAG e o MST.

O presente artigo versa sobre as alterações nas orientações para o trabalho agrário dos comunistas entre os anos 1952 e 1958, considerando o PCB um ator político de fundamental importância para a organização dos trabalhadores rurais.

A reorientação do trabalho sindical – a *Resolução Sindical de 1952*

Em junho de 1952, após uma reunião do Comitê Nacional, ficou decidido que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) adotaria uma nova orientação para o seu trabalho sindical no campo. Expressa no documento que ficou conhecido como *Resolução Sindical de 1952*¹, a nova orientação propunha aos comunistas o retorno aos sindicatos ministerialistas como tática fundamental para a ampliação do empreendimento organizativo dos trabalhadores rurais. Tal virada de sua linha política representava uma “correção de rumos” ante as evidentes dificuldades que a orientação esquerdista anterior implicava para a atuação no movimento sindical rural.

Desde 1947, quando o PCB foi colocado na ilegalidade e sofreu intensa onda repressiva sobre os espaços partidários - militantes, sindicatos, associações e Ligas Camponesas que de alguma maneira se relacionavam com o partido - os comunistas deram início a um processo de radicalização de sua atuação política, rejeitando o caminho pacífico e adotando táticas para a realização, em curto prazo, do processo revolucionário². As formas institucionais e legais de atuação foram rejeitadas, assim como as táticas que visavam às conquistas parciais. Os esforços dos comunistas deveriam se dirigir para o conflito imediato e aberto. Nesse quadro os sindicatos passaram a ser considerados órgãos do Estado e do governo, que agiam a serviço da burguesia e dos latifundiários. A orientação era tentar greve de qualquer maneira, tentar prolongá-la, e conduzir a militância em meio aos trabalhadores rurais no sentido de fomentar organizações novas, paralelas a estrutura sindical oficial, a fim de que pudessem gozar de autonomia.

A adoção de uma linha política subjetivista e sectária, que abrangia a tática do confronto e até da luta armada, levou o partido a enfrentar severas dificuldades no âmbito eleitoral e organizativo com a perda de apoio

1 “Ampliar a organização e a unidade da classe operária”, *Resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, sobre a organização e unidade da classe operária*, adotada na reunião de julho de 1952. (*Resolução Sindical de 1952*). In: Revista *Problemas, Revista Mensal de Cultura Política*, s/d.

2 Essas formulações podem ser analisadas no documento “Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista”, (*Manifesto de Janeiro de 1948*), de Luís Carlos Prestes, e, sobretudo no documento da direção do PCB: “Prestes Aponta aos Brasileiros o caminho da Libertação (*Frente Democrática de Libertação Nacional – Manifesto de Agosto de 1950*)”. In: CARONE, Edgar. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982, p. 88 e p. 109-110, respectivamente.

de parte da intelectualidade, fracassos nas greves e nas eleições, redução do número de militantes efetivos, distanciamento das massas, refluxo na organização dos trabalhadores rurais. Ao tentar construir uma estrutura sindical independente, o PCB se isolou dos trabalhadores rurais, o que alimentou críticas por parte dos próprios militantes. Diante desses elementos, os comunistas reviram sua linha política e anunciaram uma nova orientação para o trabalho sindical (SEGATTO, 1981; VINHAS, 1982).

Ao analisar esse momento da reorientação do trabalho sindical dos comunistas, Vinhas (1982) argumenta que era natural que as contradições produzidas pela linha esquerdista fossem mais visíveis no trabalho sindical. Dessa forma, considerando as ênfases colocadas acerca das dificuldades que a orientação esquerdista implicava, a *Resolução de 1952* representava o início de um novo posicionamento em relação ao associativismo rural.

É lá [*no trabalho sindical*] que as insatisfações primeiro se acumulam, a aplicação da linha esbarra em vários obstáculos. A própria experiência dos militantes acaba indicando a inviabilidade da tática do confronto, de recusa às alianças, de ruptura com a estrutura sindical existente: a massa operária simplesmente não acompanhava o partido nessa direção (VINHAS, 1982, p.130).

Dessa forma, considerando as ênfases colocadas acerca das dificuldades que a orientação esquerdista implicava, a *Resolução de 1952* representava o início de um novo posicionamento em relação ao associativismo rural, inflexão essa que “sanciona e generaliza o que a prática estava indicando fazer” – o retorno aos sindicatos existentes, o levantamento das reivindicações próprias dos trabalhadores, o estabelecimento de alianças com as forças que atuavam naquele espaço e, sobretudo a retomada da luta pelo movimento sindical e por sua unidade (VINHAS, *idem*, *ibid.*).

Na concepção de Lyndolpho Silva, importante militante comunista do movimento sindical rural, ao adotar formas de organização mais acessíveis ao registro – as associações de caráter civil – para uma atuação que se enquadrasse nos parâmetros da legalidade, era possível obter mais confiança dos trabalhadores e deixar, com isso, o movimento mais sólido (COSTA, 1994, p. 70). Tal postura era reflexo da compreensão de que a linha esquerdista produzira certo desgaste e distanciamento no trabalho com as massas, mas também das experiências das Ligas e Irmandades³. Daí a mo-

3 As Irmandades Católicas e as Ligas eram formas de organização que aglutina-

vimentação em prol de se repensar as formas de atuação, o que incidiu no reconhecimento da necessidade de fundamentação jurídica para a organização dos trabalhadores rurais. Naquele momento, tratava-se de se apoiar no Decreto-Lei nº 7.038, de 1944, que abria espaço para a sindicalização no campo. Costa (1996) nos oferece indicações de que a orientação da política sindical do PCB já era parte de um gradativo processo de mudanças na linha política do partido, caracterizado pelo

rompimento com a linha foquista e de confronto direto, expressa nos manifestos de 1948 e 1950, em favor de uma linha política de respeito às regras do jogo institucional e democrático, que acabará se consolidando na segunda metade dos anos 1950 (COSTA, 1996, p. 26).

Especificamente ao campo, a *Resolução Sindical* representou um marco importante no empreendimento de organização dos trabalhadores rurais. De acordo com Costa (1996), a divulgação da nova linha para o trabalho sindical é prenúncio do primeiro período do sindicalismo rural no Brasil. Período que se abre com a realização da I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CNTA)⁴, realizada em setembro de 1953, em São Paulo, na qual se formou uma coordenação responsável pela mobilização no campo e foi eleita uma comissão de representantes para a participação

vam trabalhadores assalariados, meeiros, arrendatários, parceiros, colonos e pequenos proprietários em torno de reivindicações mais imediatas, como melhores condições de trabalho, de contrato de arrendamento, a eliminação dos vales e barracões, redução de impostos e fretes, entre outros. Essas organizações somadas as comissões reivindicatórias e associações eram aproveitadas pelos comunistas por que suas dinâmicas eram compreendidas pelos trabalhadores, estavam, de acordo com Lyndolpho Silva, “no nível de entendimento dos trabalhadores do campo” (COSTA, 1994). Por outro lado, o investimento nessa forma organizativa pode indicar uma tática em face das dificuldades burocráticas que se apresentavam para o reconhecimento dos sindicatos.

4 Em 1951 e 1952 ocorreram dois congressos regionais de camponeses em Goiás, que contaram com a participação de delegados de 18 municípios – principalmente vindos do sul do estado – resultando na fundação da União dos Camponeses de Goiás (UCG). Esses encontros, juntamente com outros – clandestinos – realizados na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em Ceres, foram dedicados, especialmente, a debater acerca da posse da terra e de medidas contra a grilagem, e ainda sobre a baixa do arrendo e questões relacionadas ao preço mínimo. A partir de 1952, tiveram início as lutas de resistência dos camponeses de Formoso e Trombas, para as quais foram enviados militantes comunistas, como Gregório Bezerra. Em 1954, a UCG foi transformada em União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás; dessas organizações destacaria um importante líder sindical que seria eleito o primeiro presidente da ULTAB: Geraldo Tibúrcio (CUNHA, 2007, p. 127-129).

na I Conferência da União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura, nas Florestas e Plantações (UISTAF), que seria realizada em Viena, entre os dias 24 e 28 de outubro daquele ano.

No decorrer dos trabalhos da I CNTA, as discussões que foram travadas envolveram os temas da reforma agrária e da extensão das leis trabalhistas ao campo, como noticiado pela imprensa comunista à época:

(...) os camponeses exigiram a reforma agrária e o direito ao descanso remunerado, a férias, a carteira profissional e demais reivindicações. (...) Na Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas realizada em São Paulo, uma das teses aprovadas com maior entusiasmo foi a de reforma agrária⁵.

No entanto, ainda não foram delimitados nessa conferência os propósitos de formação de uma entidade sindical para o campo com abrangência nacional, embora os congressos realizados em Goiás e as atividades movimentadas pelos comunistas no ano de 1953 pudessem ter sido indicativos de que algo já estava sendo gestado no interior do movimento. De todo o modo, o início da década de 1950 foi carregado de experiências que nos levam a crer que, apesar das permanências de concepções sectárias para a atuação no campo, o partido começava a ceder para um posicionamento autocrítico que o impulsionava na produção de uma nova forma de atuar junto aos contingentes rurais.

O esforço mobilizatório para uma organização nacional dos trabalhadores rurais – a criação da ULTAB

Em meados de junho de 1954, a Comissão Permanente da Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas se reuniu na sede do Sindicato dos Gráficos, em São Paulo, com o objetivo de deliberar sobre a realização da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Contando com a participação de representantes de diversos estados, a Comissão Permanente decidiu convocar a segunda conferência nacional para a realização entre os dias 17 e 19 de setembro daquele ano⁶.

No Manifesto de Convocação da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas o chamamento dirigiu-se aos assalariados agrícolas,

5 *Jornal Voz Operária*, 03/10/1953, p.08.

6 *Jornal Terra Livre*, nº 44, 2ª quinzena de junho- 1ª quinzena de julho, 1954, p.03.

colonos de café, arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros, ocupantes, moradores, agregados, pequenos proprietários, flagelados, peões e trabalhadores florestais. Num tom otimista, foram destacados no manifesto o êxito da I Conferência e algumas conquistas obtidas desde 1953, mas ficou em relevo, sobretudo a necessidade de despenderem esforços coletivos para a tarefa associativista no campo. Assim conclamou:

Irmãos Trabalhadores! Realizai em cada fazenda ou usina, em cada local de trabalho, nos patrimônios, nas povoações, nas posses, nas vilas, nos córregos, nas águas, nas feiras e nas terras de arrendamento, reuniões para debater a vossa situação! Como fruto dessas discussões, será elaborada pela II Conferência a “Carta de Direitos e das Reivindicações dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil”. Realizai conferências locais, municipais, de zonas e estaduais! Elegei vossos legítimos representantes para falarem em vosso nome na II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas⁷.

Para os propósitos de organização de mais uma grande conferência nacional, de fato, foi necessário uma grande mobilização, com a realização de assembleias preparatórias para as conferências estaduais que precederiam a II CNTA. Ao todo 23 reuniões estaduais foram realizadas, além de outras, regionais, no estado de São Paulo. A segunda conferência foi realizada, no referido estado, onde se reuniram 272 lavradores de 16 estados, e ainda 20 delegados operários e 11 operários urbanos. Considerando a sua composição, a II CNTA agregou majoritariamente assalariados agrícolas do café, trabalhadores das lavouras de cana e da indústria de açúcar e, ainda, posseiros e colonos⁸ (COSTA, 1996, p.30).

Da II CNTA resultou a elaboração de uma “Carta dos Direitos e Reivindicações dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil”, que sintetizava um conjunto de demandas dos trabalhadores da lavoura canavieira e das usinas

7 *Jornal Terra Livre*, nº 44, 2ª quinzena de junho- 1ª quinzena de julho, 1954, p. 05.

8 Esmiuçando a composição por categoria de lavradores e trabalhadores agrícolas que participaram do II CNTA temos: 71 assalariados do café, arroz e outras lavouras; 44 trabalhadores da lavoura de cana e da indústria de açúcar; 31 posseiros e colonos de terras; 27 parceiros e meeiros; 27 colonos de café; 24 pequenos proprietários; 20 arrendatários; 5 empreiteiros de café e cacau; 4 assalariados do cacau; 2 médios proprietários; e ainda, 11 operários urbanos e 20 delegados de sindicatos urbanos. Os componentes da conferência, em sua maioria, tinham entre 26 e 45 anos (165). O evento contou ainda com a participação de 17 mulheres (*Jornal Terra Livre*, nº 49, 2ª quinzena de setembro-1ª quinzena de outubro de 1954, p.3).

de açúcar; dos assalariados agrícolas, empreiteiros e contratistas; dos trabalhadores das fazendas de café; dos trabalhadores agrícolas e lavradores da zona sul da Bahia – produtora de cacau; dos arrendatários, meeiros e parceiros; dos colonos e posseiros; e ainda, das mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas, e da juventude rural. Mesmo definindo um programa específico para cada categoria representada na conferência é possível delimitar um quadro comum às reivindicações apresentadas no referido documento. Estão circunscritas à “realização de reforma agrária democrática”, com a distribuição de terras de latifundiários aos trabalhadores agrícolas e lavradores sem terra ou com terra insuficiente; “entrega de título de propriedade plena aos posseiros, ocupantes e colonos de terras”; ajuda técnica e financeira do Estado como estímulo à produção; facilidade para a organização dos trabalhadores; estímulo ao cooperativismo; garantia de preços compensadores; “recuperação do atraso social dos lavradores e trabalhadores agrícolas, pela aplicação das mesmas garantias e direitos que desfrutam os trabalhadores da indústria”, como a Previdência Social; regularização do pagamento do salário mínimo de acordo com o decreto nº 35.540, de 01/05/1954; jornada de 8 horas diárias de trabalho; pagamento de horas extras; direito a descanso remunerado, férias; abolição de trabalhos por tarefas e outras formas não remuneradas de trabalho; garantias em situações de doença, invalidez, acidentes, velhice, desemprego total ou parcial e garantia de estabilidade no emprego ⁹.

Ao fim do texto da “Carta de Direitos” destaca-se um apelo em defesa da Reforma Agrária, resultante da proposta da Comissão de Arrendatários, Meeiros e Parceiros, para que fosse encaminhada “uma representação ao Exmo. Sr. Presidente da República, à Câmara Federal e ao Senado, exigindo medidas que acabem com o latifúndio”. A ideia era promover uma campanha nacional em prol da Reforma Agrária com o recolhimento de cinco milhões de assinaturas, a fim de que fosse substanciada a reivindicação que, passava, a partir de então, a compor a Carta de Direitos da II CNTA¹⁰.

9 Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (II CNTA). In: *Jornal Terra Livre*, nº 49, 2ª quinzena de setembro-1ª quinzena de outubro de 1954, p.4-5.

10 A Campanha Nacional pela Reforma Agrária aventada pelos comunistas após a segunda conferência dos trabalhadores agrícolas não alcançou a repercussão almejada. Entretanto, destaca Faleiros (1989) que, mobilizada como

Entre os debates travados na conferência houve a proposta de criação de uma entidade de âmbito nacional que agregasse as organizações dos trabalhadores rurais existentes, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB (MEDEIROS, 1989, p.30-34; FALEIROS, 1989, p. 172-173). De acordo com Costa (1996), a origem da ULTAB está imbricada ao estreitamento das relações com a UISTAF desde sua I Conferência Internacional, para a qual foram enviados oito militantes eleitos ainda na I CNTA. Dessa aproximação decorre inclusive a semelhança entre os nomes das duas entidades. Não obstante, as experiências mobilizatórias anteriores, desde fins da década de 1940 e princípios do decênio seguinte, compuseram um quadro de gradativa tomada de consciência quanto à importância da organização das lutas pelos trabalhadores rurais, em face das disputas travadas no espaço sociopolítico, no qual colidem interesses numa arena que envolve os trabalhadores – em suas diversas categorias – os grandes proprietários rurais e o Estado.

Tomada como órgão supremo do trabalho comunista no campo, a ULTAB se formou com o objetivo de organizar, em âmbito nacional, os lavradores e trabalhadores agrícolas, em defesa de seus interesses e direitos, conceder assistência jurídica, aglutinar forças e dirigir as lutas dos camponeses. No rol de suas atividades destacam-se a realização de cursos de capacitação para a formação de dirigentes de associações e sindicatos rurais, a promoção de encontros da juventude rural, a organização do deslocamento de dirigentes do PCB para o campo, contribuições para a produção e circulação do *Jornal Terra Livre* – instrumento de agitação e propaganda do partido no meio rural.

De sua formação, em 1954, até 1956, a ULTAB conseguiu resultados que são surpreendentes se considerarmos o nível de organização dos trabalhadores do campo existente até aquele momento¹¹. A prática associati-

instrumento de propaganda e agitação política junto aos trabalhadores rurais, a campanha impulsionou a realização de inúmeros comícios, reuniões, palestras – não só no meio rural – servindo para que o PCB apresentasse o seu programa, formalizasse apoios e alianças com a classe operária, mas, sobretudo foi um instrumento de mobilização dos trabalhadores rurais.

11 Costa (1996) registra a existência de 25 sindicatos de assalariados agrícolas em dezembro de 1955, a maior parte deles em São Paulo e Pernambuco, e alguns contando com um número expressivo de trabalhadores, chegando a cerca 7000 sócios, como o de Itabuna e Ilhéus, e o de Campos com 6000 sócios. Evidencia-se, ainda, a existência de

vista, a organização de greves, a criação de uniões estaduais, a filiação de muitas outras organizações, a mobilização dos trabalhadores em protestos, a luta por direitos, a ampliação do número de sindicatos e associações, o encaminhamento de soluções para diversos conflitos por terra garantiram a ULTAB a visibilidade no plano político e a credibilidade em meio aos camponeses. Vinculada diretamente ao PCB, a ULTAB se fundamentava no trabalho de constituição de uma estrutura organizativa no campo e para a socialização de determinadas concepções sobre os interesses e direitos dos trabalhadores, de modo a oferecer visibilidade das lutas no campo dentro do debate político maior. Embora conectada aos comunistas, não se articulava como mera transmissora das concepções do partido acerca da questão agrária do país, pelo contrário, a fim de que compusesse uma posição de entidade organizativa e sindical, se colocava como porta-voz dos trabalhadores rurais no espaço público – apesar de acenarem com uma maior preocupação com a organização dos assalariados, e se destacarem as lutas por terras travadas por posseiros e arrendatários – capaz de representar o conjunto das massas rurais em seus distintos interesses; dessa forma admitia objetivos generalizantes, a fim de que fosse possível alcançar sua legitimidade (MEDEIROS, 1995).

Entre os dias 7 e 11 de novembro de 1954, foi realizado o IV Congresso do PCB¹². Os debates travados nessa ocasião abrigaram questões que despontaram no cenário político nacional – o suicídio de Vargas – e de conflitos derivados dos posicionamentos que o partido admitia em relação ao processo político do país, tendo como referência a sua luta pelo processo revolucionário.

Após o suicídio de Vargas, o PCB deu início a graduais – embora brandas – alterações em sua postura política, apesar de não empreender mudanças substanciais na estrutura de seu pensamento político anterior, ancorado no *Manifesto de Agosto*. A conjuntura impeliu os comunistas ao

71 associações de lavradores e camponeses, embora esse número, destaca Costa, seja bastante subestimado devido a falta de informações para muitas regiões.

12 O IV Congresso do PCB foi realizado, clandestinamente, em São Paulo, 25 anos depois do III Congresso. Há relatos de que o IV Congresso tenha se realizado a partir de procedimentos pouco democráticos, com manipulação dos delegados autorizados a participar e pouco debate acerca das teses apresentadas para o seu programa (SEGATTO, 1981, p. 70-71; VINHAS, 1982, p. 133; RODRIGUES, 2004, p. 417; BEZERRA, 1980, p. 117-118).

reconhecimento das diferenciações nas forças políticas envolvidas naquele contexto, no qual também foi delineada a possibilidade do estabelecimento de alianças mais amplas na constituição de uma Coalizão Democrática. Mais ainda, as liberdades democráticas foram valorizadas como um caminho eficaz para a conquista de reivindicações das classes populares.

Calcula-se que essas alterações na postura política do PCB, em alguns termos, fossem acompanhadas de uma revisão política dos preceitos vigentes desde 1950, no entanto, o IV Congresso foi marcado por poucas mudanças na linha política adotada pelos comunistas. De modo geral, as referências que balizaram a linha política anterior do partido são preservadas, quando não, sofrem pequenas intervenções na forma como se estruturavam.

Naquela conjuntura, despontava no horizonte político do PCB a necessidade de *pensar o Brasil*, de construir elaborações capazes de dar substância a uma análise política do país que orientasse as ações para o desfecho do processo revolucionário. Mas o que surgiu do programa do IV Congresso foram formulações inconsistentes sobre o Brasil, apresentado, como uma nação rica, mas constantemente ameaçada de colonização por parte dos Estados Unidos – afinal, vínculo constantemente declarado no programa do partido (SANTOS, 1988). Dessa forma, a estratégia adotada continuava sendo a “revolução agrária e anti-imperialista”, pois, “as principais contradições que, (...) se verificam no Brasil são as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria esmagadora da nação e, simultaneamente, os restos feudais”. Trata-se de atingir a dominação imperialista norte-americana e “derrocar o regime de latifundiários e grandes capitalistas em que se apoia tal dominação, substituindo-o pelo regime democrático popular”¹³.

Na concepção de Santos (1988), a tese do Brasil como nação colonizada e dependente se sobrepôs às demais contradições da sociedade brasileira. Inclusive a questão agrária foi subsumida à luta anti-imperialista. O monopólio da terra como base econômica da reação deve ser eliminado, pois

o latifúndio e os restos feudais e escravistas impedem o livre desenvolvimento da economia nacional e determinam o atraso, a miséria e a pauperização crescente das grandes massas camponesas (...). Os camponeses arruinados, privados de terra, não podem desenvolver

13 PCB. Programa do IV Congresso (dezembro de 1954 – fevereiro de 1955). In: CARONE, Edgar. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982, p. 128-129.

satisfatoriamente a agricultura e a pecuária e assegurar o abastecimento de víveres à população e de matérias-primas à indústria, não têm condições de adquirir equipamentos agrícolas os mais elementares nem comprar uma quantidade mínima de artigos industriais ¹⁴.

No entanto, não foi definida uma concepção da estrutura social do campo clara e coerente com a realidade brasileira. Muito próximo das formulações da III Internacional Comunista, o programa do IV Congresso identificou, como componentes da massa camponesa, os “assalariados agrícolas”, os “camponeses pobres”, os “camponeses médios” e os “camponeses ricos”. Mais tarde, em texto explicativo sobre o Programa do PCB ¹⁵, essa composição foi ainda mais semelhante, incluindo dessa vez os “semiproletários” e os “latifundiários”. Porém, não há nessa exposição um conjunto de táticas específicas para cada camada social do campo à maneira do que é apresentado nas *Teses sobre a questão agrária* do Congresso da Internacional Comunista. Mantém-se, genericamente, a tática da “neutralização dos camponeses”, pois os camponeses, “a maioria da população do país, (...) podem ser ganhos para o lado do proletariado e devem constituir seu principal aliado”. Nessa perspectiva, propunha que a reforma agrária fosse concentrada na “abolição do latifúndio e dos restos feudais”, atingindo especificamente o grande proprietário latifundiário, “o parasita, que não trabalha na terra, ou realiza apenas um trabalho suplementar, e vive fundamentalmente da renda da terra, da usura, da brutal exploração das massas camponesas”. Contudo, não visava à nacionalização da terra, mas a constituição de pequenas propriedades rurais, pois “tendo em conta o estado de espírito das massas camponesas, que desejam a posse da terra, que são favoráveis à distribuição da terra em propriedade privada”, a eliminação do latifúndio e dos restos feudais possibilitaria o “livre desenvolvimento da economia nacional” ¹⁶ – com vistas ao desenvolvimento capitalista no país, para o qual a industrialização tomava àquela altura posição fundamental na evolução das forças produtivas ¹⁷.

14 Idem, p. 131.

15 *Explicando o Programa do PCB: As classes e as camadas sociais no campo em nosso país* (Jornal *Voz Operária*, nº 368, 02/06/1956, p. 04).

16 PCB. Programa do IV Congresso (dezembro de 1954 – fevereiro de 1955). In: CARONE, Edgar. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982, p. 126-136.

17 No programa do IV Congresso era reconhecido o peso do proletariado, mas como forma de justificar sua hegemonia, e as referências a indústria ressaltavam seu incipiente desenvolvimento. Diógenes Arruda argumentou que, “nestas condições, o

O mal-estar de 1956 e a *Declaração de março* – os comunistas em defesa da democracia

Pressionado pelas circunstâncias – a crise que marcou o fim do segundo governo Vargas, a estabilidade democrática, o desenvolvimento capitalista no país, as eleições de Juscelino Kubitschek¹⁸, mas especialmente, a crise gerada pelas denúncias apresentadas pelo Secretário-Geral do PCUS, em seu XX Congresso, acerca do culto à personalidade e dos crimes de Stálin – o PCB teve, no período de 1954 a 1958, um momento de fermentação das mutações pelas quais passariam os comunistas em suas concepções teóricas, políticas e organizativas.

O XX Congresso do PCUS foi considerado um dos eventos mais traumáticos para o movimento comunista internacional. O mal-estar causado pelas denúncias de Krushev sobre o culto a personalidade e crimes de Stálin (torturas, execuções, processos fraudulentos contra adversários políticos, deportações etc.) é um sintoma de uma crise que se abatera sobre todos os partidos comunistas, marcando um período de conflitos entre seus militantes, dirigentes e simpatizantes, com discussões, oposição e perda de membros dos PC's, mas também provocando um impulso à abertura de um momento de reflexões autocríticas e reorientações sobre as concepções políticas dos comunistas que resultará, anos depois, entre outros elementos, num movimento de maior valorização das instituições democráticas.

Nesse contexto, o trabalho no campo sofreria as turbulências das denúncias de Krushev. Se até 1956 foram organizados sindicatos, associações, greves, atos de protestos, após a crise provocada pelo XX Congresso do PCUS o trabalho no campo foi tomado por desolador vazio, repercutindo em grave desmobilização. Lyndolpho Silva nos dá pistas dos impactos de tal crise sobre a atuação pecebista no campo.

A denúncia do culto causou preocupações, ressentimentos, e partindo do fato da educação, da orientação que se tinha mantido antes durante todo o tempo, é claro que a gente ficou num primeiro

desenvolvimento da vida material da sociedade brasileira exige a eliminação do latifúndio e das relações de produção semifeudais, o que afastará os obstáculos que impedem a imediata expansão das forças produtivas na agricultura e criará para a indústria um amplo mercado interno e novas fontes de matérias-primas". *O Programa do PCB – bandeira de luta e de vitória*. In: Revista Problemas, nº 54, dez. de 1954 – fev. de 1955.

18 Os comunistas participaram da base de apoio a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1956.

momento imobilizado. A revolução entrou em pane (...). A ULTAB começou a se apresentar como um problema que é o seguinte: o PCB se dividiu nesse negócio do Stálin. O Prestes ficou como comandante (...). Outros tinham rompido, tinham deixado ou estavam deixando o PCB. Nesse período é que se tentou reorganizar a ULTAB em São Paulo. Mas aí deu uma evasão na vida do partido. As dificuldades começam a aumentar para os caras mandados pra cá (...). Com relação à ULTAB, correu a ideia da direção de dizer que não podia mais sustentar quadros (SILVA, 2004, p. 66,70).

A crise do PCB teve efeito quase automático sobre o trabalho desenvolvido no campo. Considerando as dificuldades que já enfrentavam para a ampliação das ações junto às massas rurais, motivadas por fatores ideológicos e teóricos relacionados à forma como era interpretada a participação dos camponeses no processo revolucionário; as tendências esquerdistas que pensavam a ativação dos camponeses com vistas a mobilizações disruptivas da ordem, prezando inclusive, pela luta armada; as incompreensões e despreparo de militantes enviados das cidades para a atuação no campo, e ainda, o caráter urbano e operário do partido, compõe-se um quadro que nos permite dimensionar as dificuldades enfrentadas pelos militantes que atuavam no campo.

A exposição feita por Lyndolpho Silva é significativa da forma como se abateu sobre o trabalho no campo o impacto provocado pela crise decorrente do XX Congresso do PCUS. Vários militantes se afastaram do partido, outros foram retirados dos quadros que atuavam junto aos trabalhadores rurais. A perplexidade provocada nos comunistas reduziu o envolvimento de militantes com o trabalho partidário. O jornal *Terra Livre* sofrera um considerável refluxo em suas publicações, com uma periodicidade irregular – comparando o ano de 1955 com os 1956 e 1957, o número de edições destes últimos anos não soma um terço das edições do ano anterior à deflagração da crise dos partidos comunistas. Faleiros (1989) chama a atenção para o decréscimo das atividades no campo, noticiado pelo jornal *Terra Livre*. Se em 1956 foram noticiados 52 acontecimentos envolvendo a criação de sindicatos e associações, atos de protestos, greves, entre outros; em 1957, esse número foi reduzido em cerca de 90%.

Apenas em 1958 a crise seria aparentemente sanada no interior do PCB. Firmado numa nova política, expressa na *Declaração de Março*, o partido se fortaleceu em sua inserção em meio à classe operária e na sociedade bra-

sileira ao adotar uma linha política ampla e flexível. Admitiu-se o desenvolvimento do capitalismo no país, embora marcado por um processo de ritmo desigual, sem que fosse capaz de produzir a eliminação dos “fatores negativos, que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido”¹⁹, no qual, são preservadas “as relações atrasadas e permanece a dependência diante do imperialismo particularmente o norte-americano”²⁰.

Para o campo, a palavra de ordem foi o combate ao latifúndio com vistas à eliminação das relações atrasadas que caracterizavam a agricultura, onde “combinam-se, (...) os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das velhas relações semi-feudais, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo”²¹. A importância de produzir uma transformação radical na estrutura agrária do país, delineada no documento de 1958, decorreu da concepção do atraso na agricultura e de seus restos feudais que, por sobreviverem, impediriam o progresso da agricultura, o que seria danoso ao padrão de vida das massas camponesas, mas também constituiriam em graves obstáculos a expansão do mercado interno e a industrialização. Daí ter constado na plataforma de frente única, proposta pelo PCB, o objetivo de se obter:

Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas. Redução das taxas de arrendamento e prolongamento dos seus prazos contratuais. Defesa dos camponeses contra a grilagem e os despejos. Facilitar aos camponeses o acesso à terra, particularmente junto aos centros urbanos e vias de comunicação. Garantia da posse da terra e entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros. Aplicação dos direitos dos trabalhadores do campo já consolidados em lei. Legislação trabalhista adequada ao campo. Facilitar aos camponeses o crédito bancário, particularmente do Banco do Brasil, os transportes, a armazenagem e a assistência técnica (p.191).

Tais medidas teriam como foco libertar os trabalhadores do campo das imposições do atraso, caracterizadas por “relações pré-capitalistas” de produção, que os legaria à exclusão do mercado consumidor, nexos fundamentais à expansão das forças produtivas do país, compreendidas, sob a maré desenvolvimentista à época, como industrialização.

19 Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro (*Declaração de março de 1958*). In: Santos, 2007, p.173.

20 Idem, *ibid.*

21 Idem, *ibid.*

Ao conceber a burguesia nacional como uma força progressista, a questão agrária foi tomada com a perspectiva de enfraquecimento decisivo dos “grandes senhores de terra” e do latifúndio, encarado como um pólo das duas contradições fundamentais: “a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos” e “a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semi-feudais na agricultura”²², contra as quais deveriam formar uma “frente única nacionalista e democrática”.

Nessa coalizão em prol da democracia e da libertação nacional participariam o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, certos setores da burguesia e dos latifundiários que possuem antagonismos com as forças imperialistas. Evidentes conflitos de interesses despontariam de uma ampla aliança, marcada, sobretudo pela heterogeneidade, para a qual, embora se reconheçam, em certa medida, interesses comuns, é necessária a unidade, possível de ser garantida com vistas à viabilidade da “frente única”, através da “hegemonia do proletariado”.

Nesse quadro, num posicionamento de subordinação, a aliança com os camponeses representaria a possibilidade de estabelecimento da direção do proletariado sobre a “frente única”. Todavia, a fim de que a aliança operário-camponesa fosse desenhada e para que fosse garantida a própria unidade da classe operária, importava, nesse quadro tático, o fortalecimento do movimento sindical. Levado ao campo, esse empreendimento deveria superar o baixo nível de organização, partindo das “reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa do arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais”. O trabalho no campo deveria priorizar as formas legais de atuação, pois era reconhecido, entre os comunistas, naquele momento, “que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semi-assalariados em sindicatos”. Mostrava-se, como caminho viável à mobilização dos trabalhadores rurais, a “defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses”, assim como o empenho na “elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo”²³.

De acordo com Costa (1996), a *Declaração de Março* fundou uma fase cuja política dos comunistas mostrou-se à conjuntura delineada de maior

22 Idem, p.182.

23 Idem, p.189.

eficácia, de modo a refletir nitidamente sobre o seu trabalho com as massas e nas lutas no campo.

Abandonada a missão do assalto ao poder, o Partido se volta para o trabalho do ponto de vista institucional, dentro dos marcos legais. Da participação político-partidária ao movimento estudantil, os comunistas atuam com maior desenvoltura na vida política e cultural brasileira. O meio rural não estará ausente dessa significativa adaptação do PCB à nova realidade do País: avança a luta no campo com o desenvolvimento das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais (COSTA, 1996, p. 50).

Ao ter admitido o caminho pacífico da legalidade democrática e constitucional, o PCB ampliaria consideravelmente suas bases. Na concepção de Vinhas (1982), a *Declaração de Março* foi um momento de inflexão, de “ruptura qualitativa”, no qual, os comunistas brasileiros iniciaram um processo de rompimento, em nível de pensamento político, com os traços de sectarismo e dogmatismo. Contudo, não se tratou de uma ruptura radical, haja vista os diversos indícios de permanência entre as novas elaborações de 1958 e o *Manifesto de Agosto* e o *Programa do IV Congresso* – foi o que destacou aquele militante. O que definiu mais precisamente essa ruptura foi a tese da coexistência pacífica, o afastamento de uma interpretação catastrófica da realidade, o reconhecimento do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a retomada da questão da democracia na perspectiva da revolução brasileira, possível de ser seguida, naquele contexto, pelo caminho pacífico.

Na interpretação de Segatto (1988), embora a nova orientação política do PCB seja expressiva do rompimento com o dogmatismo e sectarismo predominante em sua política, representando inclusive, uma tentativa de responder as exigências da sociedade brasileira, que passava à época por substanciais transformações – industrialização, urbanização, desenvolvimento do capitalismo no campo, entre outras – a nova orientação, reforçada no V Congresso do PCB, não foi colocada em prática inteiramente. A tendência em não aprofundar os debates, as discussões sobre os programas, sobre as incompreensões de seus militantes; o tratamento parcial dado a essas problemáticas suscitadas pelos conflitos em torno de suas orientações, que levava quase sempre a conciliação, a acomodação ou a administração das crises por medidas burocráticas, impeliram os comunistas a adoção prática da nova orientação política proposta em 1958 sem que o dogmatismo e o sectarismo, ou ainda, o esquerdismo e o direitoismo

fossem inteiramente aliados de seu agir político (SEGATTO, 1988, p. IV-V). A convivência entre concepções radicais e concepções mais moderadas comporia um dos mais significativos paradoxos do PCB, levando-o a se intitular um partido revolucionário e ao mesmo tempo adotar uma política ampla que se baseava em alianças que abrangiam setores variados da sociedade (PANDOLFI, 1995, p. 185). O dogmatismo e o sectarismo na tradição política pecebista seria, então, como uma sombra projetada de um corpo sob o sol de meio dia: por mais que, num primeiro momento, não fosse visualizada, acompanhava inseparavelmente cada passo.

Esse paradoxo vivido pelo PCB, que Pandolfi (op.cit.) destaca como mais proeminente entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, marcou presença também na forma como era conduzido o trabalho agrário. Sanches (2000) argumenta que a nova orientação desenhada com a *Declaração de Março* aponta para uma atuação que se afasta da luta camponesa mais radical – como bem expressava o *Manifesto de Agosto* – para valorizar mais as “formas políticas de luta”, ao mesmo tempo em que reforça a convergência para ações dirigidas à “organização sindical dos trabalhadores do campo, em busca de medidas parciais de melhoria das condições de trabalho, principalmente através da luta pela extensão dos direitos trabalhistas (...)” (SANCHES, 2000, p. 105). Entretanto, destaca, que “isso não significa que as formas mais radicalizadas de luta tenham sido totalmente abandonadas pela militância comunista no campo” (SANCHES, *loc. cit.*), embora toda a orientação naquele contexto tomasse esse sentido.

De acordo com Costa (1996, 2010), o desenvolvimento do sindicalismo rural contou como um fator de suma importância à sua concretização, com o processo de extensão da cidadania, impulsionado pelas ações dessas forças sociais diversas que contribuíram para que fosse tecida a progressiva incorporação das grandes massas ao processo político nacional. Aos trabalhadores rurais, esse processo incorporador, ao âmbito da política, garantiu-lhes uma posição importante no debate que se travava acerca de suas demandas ante um paradigma de desenvolvimento que historicamente os marginalizava. Desde então, “os três temas do movimento social rural – a extensão da legislação trabalhista para o campo, a luta pelo reconhecimento sindical e a reforma agrária – ganham uma nova dimensão” (idem, 2010, p. 21).

O agrarismo pecebista, a democracia e a cultura política de esquerda

Entre as décadas de 1950 e 1960, o PCB adquire um papel proeminente no cenário político nacional, propondo interpretações sobre a realidade brasileira que ganharam centralidade nos debates intelectuais e políticos.

Propôs uma visão da revolução brasileira que, em muitos casos, gerou uma espécie de senso comum a partir do qual se reconheciam os intelectuais progressistas: mesmo que alguns deles duvidassem da validade das teses, eram obrigados a se posicionar em relação a elas. Em torno do Partido Comunista e de sua interpretação do nacionalismo formou-se toda uma cultura política singularmente fecunda, que se afirmou sobretudo após 1960, e iria sobreviver ao golpe de Estado de 1964 (PÉCAUT, 1990, p. 141).

Para Pécaut, a influência da cultura política comunista atingia outros setores da sociedade além de seus membros. A participação na campanha do petróleo, sua defesa da industrialização e o posicionamento nacionalista após o suicídio de Vargas, e posteriormente o engajamento no movimento pelas reformas de base nos ajudam a compreender a sua popularidade. Mas na forma de conceber a política os comunistas se destacaram por apresentar e defender a possibilidade de modernidade, compreendida como desenvolvimento econômico nacional e integração das massas populares num quadro de cidadania mais ampla.

Na forma como concebiam as massas, seja tratando-as como proletariado, como povo ou massas populares, o PCB as mobilizou identificando-as com a nação. Ao interpretar a esfera política, sobretudo após 1958, os comunistas, num esforço elaborativo evidente, marcado pelo rompimento com suas concepções táticas sectárias, reconheceram a possibilidade de que a revolução brasileira pudesse ser encaminhada pela via pacífica. Esse aperfeiçoamento político movimentado pelo PCB, assentado nos parâmetros da legalidade e dos valores democráticos, fundaram a amplitude da ressonância política dos comunistas na sociedade brasileira (PÉCAUT, 1990, p.141-152).

Quanto ao “mundo do trabalho”, ao se empenhar por uma atuação mais consequente na vida sindical, movimento desenhado a partir dos primeiros anos 1950, o PCB veio à superfície da política nacional mobilizando assalariados e semiassalariados em sindicatos – a fim de alcançar os camponeses dispersos – propulsando a organização de entidades – ULTAB, em

1954, e CONTAG, em 1963 – que lhes garantiram uma mediação política agrarista em território nacional (SANTOS, 2009; SILVA, 2003). Trata-se de um *padrão de atuação organizativa* compatível com a cultura política²⁴ impelida a ser forjada entre os anos 1952 e 1958, caracterizada por uma nova forma de pensar a política, atuante institucionalmente, no associativismo legal, com participação nas eleições, decisivamente influenciada pelos valores democráticos.

No quadro próprio do movimento sindical rural do pré-1964 esse *padrão de atuação organizativa* fica evidente na prática de militantes – como Lyndolpho Silva – que apesar das fórmulas gerais do PCB carregadas com a ideia de radicalização das lutas no campo para a derrubada do governo, compreenderam a necessidade de atender as reivindicações mais sentidas dos contingentes rurais e de criar organizações capazes de representá-los nas lutas por direitos (COSTA, 1996). Ainda se expressa no trabalho educativo encaminhado ao campo pelo Jornal *Terra Livre*. Orientando os trabalhadores quanto aos seus direitos descortinava, por um lado, as múltiplas faces das injustiças que sofriam, e por outro, as possibilidades viáveis para combatê-las, estreitando os vínculos entre os trabalhadores e os sindicatos. Cabia ao *Terra Livre* a ação de denúncias, que deixavam expostos em espaço público irregularidades trabalhistas, crimes, injustiças sofridas pelos camponeses e praticadas pelos proprietários, o que correspondia ao rompimento com a impunidade e o anonimato. Segundo Palmeira (1985, p. 49-50), “a mobilização política do campesinato, num certo sentido, cria o campesinato. Ao tirá-los do isolamento político, tira-os do anonimato político”. Com a realização de encontros, passeatas, audiências públicas, congressos, tornava-se possível a ampliação da publicidade de suas lutas, além de reforçar o sentimento de pertencimento a uma organização, mas, sobretudo de pertencimento a uma classe, no sentido dado ao termo por Thompson (1987), enquanto articulação de identidades através das experiências comuns de confronto com interesses diferentes ou opostos aos seus. Nesse sentido, o trabalho organizativo levado ao campo pelos comunistas, ao mobilizar as lutas dos camponeses, deu impulso ao que Marx classificou como transição de uma condição de “classe em si” à condição

24 Nossa concepção de cultura política está em concordância com a exposição de Motta (2009, 2013), que a define como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo, expressivo de uma identidade coletiva e fornecedora de leituras comuns do passado e inspiração para projetos políticos.

de “classe para si” e repercutiu diretamente na prática organizativa, na intensidade das lutas, na ampliação democrática e cidadã, pois na medida em que se defendiam direitos trabalhistas e agrários, os trabalhadores eram incorporados no quadro político nacional e transformados em protagonistas de suas próprias lutas.

Conclusão

A inflexão dos comunistas rumo a um padrão de atuação centrada na organização dos trabalhadores rurais em espaços institucionais de luta por direitos foi um processo gradual. A *Resolução Sindical de 1952* foi o marco dessa reorientação política que reconheceu as potencialidades de um trabalho mais próximo das reivindicações dos trabalhadores e, sobretudo, da retomada da luta pelo movimento sindical. A criação da ULTAB, em 1954, foi a demonstração de que essa nova forma de pensar e organizar o trabalho agrário trilhava um caminho promissor. A ampliação do trabalho associativista junto aos trabalhadores rurais, com a fundação de associações e sindicatos, a organização de greves e protestos, a criação de uniões estaduais, o trabalho informativo e educativo, estava diretamente relacionada à visibilidade nacional das lutas no campo. A crise de 1956 e seu desfecho, a *Declaração de Março de 1958*, coroaram a centralidade tomada pelos valores democráticos na orientação política do PCB. Desdobrou-se daí a adoção de uma linha política ampla e flexível, com a defesa de uma atuação nos parâmetros legais, pelo movimento sindical e pelas eleições. Ao campo, essa linha política enfocava a luta contra o latifúndio, considerado o polo das contradições entre a nação e o imperialismo norte-americano e entre as forças produtivas e as relações de produção semifeudais na agricultura. Para o desenvolvimento do processo revolucionário, de lutas agrárias e anti-imperialistas, seria necessário o estabelecimento da aliança operário-camponesa, para o qual cumpria papel decisivo o fortalecimento do movimento sindical.

Os anos que seguem ao “1958” foram riquíssimos para as lutas no campo e para a atuação política do PCB. Demonstraram, sobretudo, a capacidade política e organizativa dos camponeses. As dificuldades que se levantaram à mediação política agrarista dos comunistas não os impediram de encaminhar, pelo trabalho associativo, a constituição de um padrão de atuação organizativa. Compatível com a cultura política que os comunistas forjaram, esse padrão de atuação contribuiu para a entrada dos trabalhadores do campo no interior da arena política nacional, pressionando o Estado

e as instituições legais ao reconhecimento de seus direitos e a ampliação da cidadania. Ao observar as persistentes mobilizações dos contingentes agrários em nossa história recente, fica evidente que suas lutas são incontornáveis e que essa cultura política democrática de esquerda resiste. Urge lutar pelo seu fortalecimento!

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Gregório. *Memórias – segunda parte (1946–1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

CARONE, Edgar. *O PCB (1943–1964)*, v.2. São Paulo: Difel, 1982.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (org.). *O Congresso Nacional Camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.

_____. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense universitária: UFRRJ, 1996.

_____. Lyndolpho Silva: a construção da rede sindical brasileira (entrevista). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, V. 2, 1994.

CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). *O camponês e a história: a construção da Ulta e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004.

FALEIROS, Maria Isabel Leme. *Percurso e percalços do PCB no campo (1922–1964)*. Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP: São Paulo, 1989.

LENIN, V. I. *Que fazer? : a organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Teses para o II Congresso da Internacional Comunista. In: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*, tomo 3. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1995.

_____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista – alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos. CZAJKA, Rodrigo e

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. ARGUMENTUM: Belo Horizonte, 2009.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: a luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB: os dirigentes e a organização*. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*, t.3, v.3, O Brasil Republicano: sociedade e política. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SANCHES, Luis Elias. *Lyndolpho Silva – biografia de uma militância*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2000.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista – reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. Caio Prado Jr.: valorização do trabalho e sindicalismo rural. In: SANTOS, Raimundo (org.). *Caio Prado Jr.: dissertações sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense; Fundação Astrogildo Pereira, 2007.

_____. *A importância da tradição pecebista*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2009.

SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. Uma renovação inconclusa (Apresentação). In: SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista – reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SILVA, Joana Massena Pessoa. *A reorientação do trabalho agrário do Partido Comunista Brasileiro e a disputa pela hegemonia na formação da CONTAG (1950-1963)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA / UFRRJ, 2003.

SILVA, Lyndolpho. Memórias. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). *O camponês e a história: a construção da Ulatá e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VINHAS, Maurício. *O Partidão – a luta por um partido de massas*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.

* Leandro Cabral de Almeida é Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Mestrando em Ciência Política pelo PPGCP-UFF.

<l.cabral81@hotmail.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Leila Rodrigues da Silva

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Andréa Teixeira
VICE-DIRETORA
Sheila Backx
DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Maria das Dores Campos Machado
(ESS-UFRJ)
Ricardo Rezende Figueira (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT,
Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota
(UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima
(UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS),
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-
Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa
dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga
(PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de
Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes
(University College London - Inglaterra),
Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena
Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete
Simionatto (UFSC-SC), José Fernando
Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de
Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim
(UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes
(UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-
RJ), Margarita Rosas (Universidad de La
Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck
(PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva
(UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de
Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria
Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria
Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia
Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy
(EHESP-França), Monica Dimartino
(Universidad de La Republica de Uruguay-
Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-
SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-
DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP),
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana
Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio
Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School
of Economics-Inglaterra), Valéria Forti
(UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP),
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de
Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

Foto de capa: UNRWA/Fotos Públicas.